

# A caminho da legitimidade

EDGAR LISBOA  
Especial para o CORREIO

Nesta semana todos os jornais brasileiros dedicaram boa parte de suas páginas políticas a uma avaliação do desempenho da Comissão de Sistematização que durante 53 dias, em jornadas médias de 12 horas, votou o substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Discussões ideológicas à parte, para criticar o avanço dos chamados progressistas ou para lamentar o esmagamento do chamado Centrão, o trabalho dessa Comissão foi elogiado tanto por jornalistas quanto pelos próprios parlamentares que nela atuaram. Houve uma certa lentidão no início, reconhecida por todos, mas aos poucos o mecanismo foi se aceitando e a Comissão conseguiu votar quase todos os assuntos, muitos deles altamente polêmicos.

Bem mais tranqüilo, ao final dos trabalhos, o relator Bernardo Cabral, que havia sido criticado pelas duas facções, desabafou: "Os que diziam que o primeiro substitutivo não era bom acabaram aprovando entre 95 e 97 por cento do que foi apresentado". Acrescentou que as imperfeições ainda existentes serão corrigidas pelo plenário da Constituinte de tal forma que se chegará "a um texto que represente a realidade brasileira".

Com uma preocupação numerológica semelhante à de Cabral, o deputado Antonio Britto (PMDB-RS) dimen-

sionou a atuação dos constituintes ao lembrar que nas quase duas mil matérias votadas nesta fase os parlamentares chegaram a apertar cerca de seiscentas vezes seus botões de sim e de não, no painel eletrônico do Congresso Nacional. Para ele, um aspecto altamente positivo desta Comissão foi a criação, entre os constituintes, de uma consciência bem mais profunda sobre cada um dos dispositivos e também de uma visão global da nova Constituição.

O líder do PFL, senador Carlos Alberto Chiarelli (RS), embora descontente com a aprovação de certos itens com os quais não concorda, destacou que a Comissão de Sistematização em nenhum momento deixou de votar qualquer assunto por falta de quorum, como ocorre com frequência em sessões do Senado e da Câmara. O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) fez uma restrição no tocante aos assuntos não debatidos e que foram remetidos para o plenário, mesmo reconhecendo o esforço de todos.

Esta amostragem, acreditamos, corresponde ao que pensam todos os que vêm assistindo à fatura desta nova carta, e pode-se até dizer que talvez já nos dê uma idéia bem clara de como serão os trabalhos em plenário. Bem mais lentos de início e mais polêmicos no seu decorrer porque agora todos os constituintes estarão atuando em conjunto.

O prazo é a preocupação

de todos. Será cumprido? Esta indagação poderá ser respondida já nos primeiros dias quando se terá um indicativo do andamento dos debates.

Partindo do pressuposto que tudo correrá bem e que teremos a nova Carta no prazo previsto, abre-se uma grande interrogação sobre os trabalhos do próximo ano, quando mais de duas centenas de leis ordinárias terão de ser votadas para ordenar o que foi inserido no texto constitucional.

Trabalhando sem os prazos rígidos (pelo menos é o que se prevê hoje), o Congresso continuará assoberbado. Concorrem para isso, como agravantes, a situação econômica e social que certamente monopolizará os microfones das duas casas legislativas e o fato de 1988 ser um ano eleitoral. Quem mora em Brasília sabe que em época de eleições, senadores e deputados permanecem quase que exclusivamente em seus Estados, trabalhando pelos aliados que lhes dão sustentação, prefeitos e vereadores.

A pressão de toda a sociedade, que não apenas quer ver a nova Constituição, mas exige a sua aplicação imediata, concorrerá, por sua vez, para estimular os parlamentares a manter o ritmo febril deste 1987. Aliás, a conturbada realidade brasileira está a exigir dos seus políticos dedicação integral e constante para a solução dos graves problemas nacionais.

7 NOV 1987

27 NOV 1987

CORREIO BRAZILIENSE